

António Gama

Centro de Estudos Sociais

Universidade de Coimbra

NOTAS PARA UMA GEOGRAFIA DO TEMPO LIVRE*

1. O tempo e o espaço

A atenção ao modo como se usa o tempo nas sociedades industrial e pós-industrial assume hoje uma grande importância e actualidade.

A organização socioeconómica contemporânea com as suas manifestações no comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais, nas formas de enquadramento jurídico, em suma, na vida quotidiana, leva a pôr e a questionar cada vez mais a problemática do tempo e do espaço. O interesse recente de várias disciplinas do saber é disso um exemplo eloquente.

O tempo, sequência de instantes iguais e quantificáveis, inscreve-se na duração e, como o espaço, mede-se em distância. “A linguagem quotidiana, como a linguagem científica fazem uma distinção entre duas noções de tempo: um tempo *criador*, da génese, da evolução, e um tempo *repetitivo*, cíclico e vazio, da morte” (Rosnay, 1981: 53).

Esta noção tempo expressa-se numa duração. Medido, cronometrado, ritmado, constantemente controlado, impõe-se, hoje, no quotidiano das sociedades ditas “modernas” de uma forma mais globalizante que nunca. Escasso, avaliado como recurso, é rigorosamente contabilizado em todas as instâncias. Do tempo de trabalho ao tempo livre, a avaliação do tempo está inserida no nosso quotidiano.

Ao tempo associa-se o espaço. Tempo e espaço apresentam-se como noções imprecisas e de contornos vagos nas fronteiras dos seus usos. Surgem a todo o momento em diversas linguagens, tornando-se por isso difíceis de definir. São, contudo, necessárias e imprescindíveis em todas essas linguagens. Temas centrais das ciências humanas, tempo e espaço, são também termos da linguagem comum: são, ao mesmo tempo, noções que se referem tanto ao real como ao imaginário colectivo das sociedades. Definem-se como duração onde se movem os actores, como um cenário em permanente renovação,

*Adaptado do texto com o mesmo título, publicado nos *Cadernos de Geografia*, 7, 1988. Este texto é uma versão preliminar e parcial de um trabalho mais amplo intitulado “O Espaço, o Tempo e o Ócio”, redigido no âmbito de um programa de investigação da linha de acção EPRU do C.E.G. de Lisboa. A Jorge Gaspar e João Ferrão agradeço as sugestões que deram para a sua elaboração

configurando papéis e relações, cuja complexidade se traduz nas morfologias, nos elementos simbólicos e na organização social.

O modo como tomamos o tempo, neste estudo, é sobretudo de uma forma parcelar: o tempo livre. As referências ao tempo que se lhe opõe, o tempo de trabalho, serão sempre condicionadas pelo estudo do tempo livre. A existência de um tempo livre implica pois a de um tempo não livre, coercivo ou obrigatório. É o tempo das obrigações, da produção, dos constrangimentos: trabalho, viagens de casa ao emprego, etc.

Assim, falar de um tempo livre só toma sentido se tivermos em linha de conta o tempo a que se contrapõe, o tempo de trabalho, e do modo como se relaciona com ele. Para falar de tempo livre temos necessidade de propor em primeiro lugar que o uso do tempo é antes de mais um problema social e uma questão espacial.

2. Tempo livre e sociedade

O seu uso e a sua produção são feitos em contextos sociais e assume formas diversificadas e desiguais, tanto formais, como de significações. O interesse pela relação tempo de trabalho/tempo livre, advém da sua ligação à esfera das relações produção/reprodução.

Não é só um problema de contabilidade de tempos mas uma relação com o trabalho e com as formas de apropriação de mais-valia. Está em relação com o sobre-trabalho e com a esfera do consumo, já que a um maior tempo livre corresponde geralmente um maior consumo (Pizzorno, 1959). A organização do trabalho industrial e a sua evolução conduziu a uma valorização do tempo livre e do ócio, diferenciando-se e opondo-se mesmo às formas como é tomado nas sociedades tradicionais. Se bem que possamos ver em muitas mudanças a perpetuação de mitos antigos, a forma como são praticados, o seu significado social e a massificação leva-nos a perspectivá-los em oposição aos das sociedades tradicionais. “A grande mudança hoje feita, não seria tanto a passagem da raridade à abundância como a passagem do trabalho ao ócio” (Lefèbvre, 1968: 103). A sua importância cada vez maior na sociedade pós-industrial é repetidamente assinalada. “Entram nas necessidades e modificam as necessidades pré-existentes. As fadigas da vida moderna tornam indispensáveis o divertimento, a distração, o descanso” (Lefèbvre, 1968, 103).

A ambiguidade de que se reveste a noção de tempo livre, leva-nos a relacioná-la com a noção de trabalho e de ócio. A imprecisão do significado das noções torna esta problemática objecto de controvérsias (Lanfant, 1972). E a dificuldade de as definir é ainda maior nos tempos mais recentes resultantes da crise económica e das alterações nas formas de divisão do trabalho e do uso do tempo. “A abolição do trabalho, ou pelo menos, redução massiva da sua duração” (Sue, 1982: 21) significavam a meta da sociedade pós-industrial. A diminuição do tempo de trabalho conduziu tanto à alteração dos valores de uso do tempo e do espaço e à modificação das necessidades, como ao aparecimento de novas figuras de uso do tempo e do espaço à margem das formas convencionalmente estabelecidas.

Poderemos de uma forma preliminar circunscrever genericamente o ócio ao domínio da cultura, nas suas implicações com a vida quotidiana das sociedades. Por esta relação com a cultura, resulta a muita atenção que a antropologia dedicou e dedica a estes

fenómenos e ao desenvolvimento que deu ao seu estudo. Contudo para muitos destes estudos, porque se referem a sociedades ditas primitivas, os conceitos que procuram traduzir as qualidades das sociedades urbanas e industriais não lhes são adequadas. O universo das relações entre o trabalho e o não trabalho são distintas das sociedades ditas “modernas”, tanto na sua atribuição social, como nos ritmos da sua repartição. Não há nestas, salvo alguns casos, lugar à distinção marcada entre trabalho e ócio que estão nos fundamentos da organização social das sociedades industrial e pós-industrial. A reprodução social confunde-se, nas sociedades ditas “primitivas” e nas sociedades rurais, com a esfera da produção, assumindo diversas formas significantes de tipo ritualizado. Nestas, a reprodução social é enquadrada principalmente pelo elemento fulcral de estrutura social, a família extensa.

Mas é o fenómeno nosso contemporâneo, nas sociedades onde a organização social e económica foi profundamente marcada pelas estruturas urbanas e a organização da produção industrial, que nos interessa. Daí uma maior atenção às disciplinas que os estudaram, a sociologia do trabalho e a sociologia do ócio.

Contudo, há que não esquecer as muitas manifestações que, com significados já distintos dos das suas formas primitivas, tomam ainda formas antigas, correlativas de relações sociais que não as de hoje, assim como formas de comportamento, cuja estruturação se pôs à margem ou com grande autonomia das da unidimensionalidade da sociedade pós-industrial. No mesmo sentido, a nossa atenção centrou-se predominantemente na bibliografia que versa os aspectos contemporâneos do problema.

Tempo livre, ócio e trabalho são concebidos na forma de produtos da sociedade *moderna*, em que a urbanização e a industrialização configuram o modo de vida e as relações sociais. Nestas, à ideologia do trabalho sucede a ideologia do ócio sob os signos da racionalidade, da produtividade e do consumismo.

3. Tempo livre e espaço

No espaço traduz-se sempre a dimensão tempo, tempo cósmico, tempo convencional, tempo subjectivo, isto é “o espaço é temporal na sua própria natureza” (Alexander, 1920).

No mesmo sentido, as práticas ligadas ao tempo livre têm, como quaisquer outras, relação com o espaço, mas apresentam-se-nos de um modo peculiar já que traduzem um uso do tempo distinto. Daí a preocupação que nos norteia em procurar a interrelação do ócio com o tempo e o espaço.

As expressões espaciais das práticas do tempo livre assumiram distintos aspectos ao longo dos tempos nas diferentes sociedades. Assim como as formas de uso dos tempos livres e as práticas dos ócios variaram no decorrer dos séculos, valorizados ou desvalorizados em função de vários factores, ajustando-se à estrutura social que os produzia, assim deveremos também encarar o problema dos espaços do ócio e dos tempos livres.

A estrutura social global produz determinadas configurações na relação tempo livre/tempo de trabalho e, conseqüentemente, por influência das tecnologias, das estruturas jurídico-políticas e das ideologias, condiciona as formas, as dimensões e a distribuição dos espaços do ócio. A estrutura socioeconómica tem a ver, ao mesmo

tempo, tanto com a natureza dos tempos livres e a sua periodicidade e grandeza como com o alcance espacial, as formas e a localização dos espaços do ócio.

Inicialmente, nas sociedades onde eram fracos os meios técnicos de mobilidade espacial, como nas áreas ainda hoje carecidas desses meios, os espaços dos tempos livres confinavam-se e confinam-se predominantemente aos lugares próximos, com especial significado para os centros de socialização das comunidades. São, por um lado, os largos, centros cívicos das comunidades, para o espaço aldeão, como o é a casa para o espaço familiar. Lugares de festas e de passar o tempo correspondem também a espaços privilegiados de socialização. Os espaços cívicos das comunidades eram e são lugares de trocas, dos bens aos rituais. As sociedades antigas deixaram-nos lídimas expressões destes lugares, com maior ou menor monumentalidade, cujo significado ainda se continua por outras formas significantes. Os largos das feiras e festas, os terreiros das romarias, os teatros e circos da civilização romana ou os espaços de culto e das festas da sociedade medieval são alguns entre uma grande profusão de exemplos. Mas para além das formas do passado, interessam-nos aqui, sobretudo, os fenómenos nossos contemporâneos e o que neles se manifesta como heranças. O tempo livre, e o ócio em particular, das sociedades industriais e pós-industriais nossas contemporâneas distinguem-se pela sua natureza, diferenciação social e alcance espacial, dos de outras formações sociais.

4. Ócio e sociedade capitalista

Os espaços organizados pelo capitalismo transformaram radicalmente as organizações territoriais anteriores e a própria lógica que as sustentava. Esta transformação processou-se, de forma crescente e hegemónica, à medida que as técnicas de comunicação e transformação evoluíram. O espaço tornou-se uma mercadoria e a expansão da dominação espacial uma necessidade do sistema capitalista.

O ócio e as formas de uso dos tempos livres não poderiam ser excepção. “O capitalismo já não se apoia somente sobre as empresas e o mercado, mas sobre o espaço. Há também o ócio. Com a *indústria* do ócio o capitalismo apoderou-se dos espaços que ficaram vazios: o mar, a praia, a alta montanha. Criou uma indústria nova, uma das mais poderosas: a *indústria* do ócio” (Lefèbvre, 1974: 221).

A melhoria das técnicas de transporte e de comunicação alteraram o significado das distâncias, tornando espaços mais ou menos distantes cada vez mais acessíveis, em tempo e economia, a um maior número de gentes, e possibilitando, por outro lado, um processo sempre crescente de circulação de bens e informações. Contudo, o desenvolvimento deste processo não criou uma igualdade social, pois o ser possível uma maior mobilidade não significa que o usufruto daqueles espaços seja igual para todos. Ao contrário do *desejo* defendido pelos utopistas da igualdade pelo ócio, o desenvolvimento das relações sociais perante o ócio traduziu-se também, como para outros tantos bens, dentro da própria lógica do sistema capitalista. Quer na diferenciação social, que se acentuou nas formas de apropriação do espaço, como na crescente mobilidade espacial, pelo domínio e usufruto diferenciado dos meios técnicos de comunicação, de dominação e de controlo.

Se os espaços são agora acessíveis a um maior número de pessoas, são-no pois de modo diverso, nos tempos de percurso, na frequência e na periodicidade dessas

deslocações e nos meios de comunicação utilizados, como também no valor económico e simbólico dos próprios espaços. A diferenciação social e económica faz-se, hoje, também pelo tempo e, conseqüentemente, como assinalou Lefèbvre, pelo uso do espaço.

5. Ócio e reprodução social

Para situarmos os espaços das práticas do ócio, partiremos da oposição produção/consumo, onde poderemos considerar espaços de produção e espaços de consumo. Numa divisão desta natureza, o ócio é uma categoria e extensão englobada na temática do consumo. Por isso, os espaços de ócio são espaços de consumo. Contudo uma caracterização deste tipo não esgota todas as dimensões contidas na noção de espaços de ócio.

Os espaços de consumo são diferenciados conforme os seus usos pelas sociedades nas estratégias de tipo socioeconómico da produção/reprodução. Os espaços de ócio, como espaços do não trabalho, têm, por isso, relação com os espaços de produção, os espaços do trabalho. Os espaços do tempo livre repartem-se em diversas categorias que vão desde o espaço residencial (o lar), lugar de recuperação primária das energias físicas e núcleo de uma articulação social, a família, aos vários espaços extra-domiciliários que são usados na ocupação dos tempos livres, como bibliotecas, museus, clubes, jardins, campos de jogos, hotéis, estâncias turísticas, etc. Uns de carácter colectivo, outros de carácter individual, uns públicos, outros privados, ajustam-se à natureza dos ócios praticados e às classes sociais que os frequentam. Estes espaços encontram-se muitas das vezes associados a práticas sociais diversas, tanto de ócio como de trabalho. Outros são especializados e destinam-se unicamente à ocupação dos tempos livres, com atributos mais ou menos específicos.

Todos eles, além de preencherem o divertimento e a descontração, são, também e fundamentalmente, espaços de socialização, de integração e segregação social. Esta socialização faz-se a diversos níveis de articulação social, da família, às classes, à sociedade global. Todos eles são ainda espaços simbólicos que encerram códigos e significações, denotando a estruturação das sociedades, o presente como o passado, mas igualmente deixando antever futuros.

Considerando o tempo livre e o ócio como fenómenos de natureza social, estes envolvem relações entre indivíduos e entre grupos sociais de caracterização mais ou menos definida, das classes aos grupos sem identificação específica. Uma vez de forma acentuadamente segregadora, outras com uma componente integradora e de desbloqueamento de oposições e superadora de conflitos. Estas relações apresentam-se com duração mais ou menos limitada e com objectivos de natureza diversa, desde o gozo individual a objectivos sociais gerais. Por conseguinte, deveremos ter em consideração a natureza da sociedade em que são produzidas e as suas regras, e as classes sociais que as praticam com maior predominância. Por tudo isto, torna-se difícil elaborar uma tipologia dos espaços dos tempos livres que supere uma classificação formal. A articulação entre os tempos livres e o espaço, tendo em conta a sociedade, revela-se um objectivo importante, mas cujo desenvolvimento se torna uma tarefa árdua pela sua complexidade e extensão. As sociedades industrial e pós-industrial serão aqui o objecto de referência principal de uma tipologia espaço-temporal.

6. Espaço, tempo e ócio

Na sequência da industrialização e da apropriação capitalista dos espaços, o desenvolvimento técnico dos transportes tem desempenhado o papel de instrumento de alcance espacial e de homogeneização do espaço, ao mesmo tempo que produziu o fenómeno de concentração da população, a urbanização contemporânea. Esta “revelou” a escassez do espaço e “afastou” os homens da natureza produzindo novos mitos, novas necessidades. “Por meios múltiplos mas homologáveis, o homem moderno esforça-se por sair da sua história e por viver um ritmo temporal qualitativamente diferente. Reencontra assim, sem se dar conta, o comportamento mítico” (Dufour, 1975: 38).

A organização social capitalista e a racionalidade que a acompanhou traduziu-se, do ponto de vista do espaço do ócio, tanto nas áreas urbanas como noutras, por uma nova gestão do espaço e pelo seu planeamento. Parques e jardins, recintos desportivos, de recreio e de diversão, estâncias termais e de praia, parques naturais foram o resultado dessa transformação. O turismo, fenómeno por excelência ligado aos ócios modernos, evidencia, a partir do seu *nascimento* no início do século XIX, o aspecto dinâmico destes ócios. As transformações sociais e as transformações técnicas reflectem-se neles. “O progresso do turismo é ao mesmo tempo um progresso do domínio que exerce e encontra a sua expressão em três conquistas das quais cada uma é indispensável ao desenvolvimento de uma *indústria* de grande envergadura: a normalização, o equipamento e a produção em série” (Enzensberger, 1969: 223).

Este aspecto dinâmico pode enunciar-se da maneira seguinte: ócios mais longe, mais ao sul, ócios mais ricos, mais semelhantes aos da classe dominante, substituição de um produto por outro.

As práticas dos ócios na sua relação com o espaço podem dar origem a diversas proposições que procuram sistematizar os tipos de espaço e o grau de alcance das práticas. A noção de alcance torna-se aqui importante a dois níveis. Um que se relaciona com as realizações, outro com os desejos: alcance de trajectórias e alcance de conhecimento. Esta diferenciação tem, pois, a ver com a projecção dos desejos e a sua possibilidade/impossibilidade de realização. O alcance reflecte-se, de uma forma dimensional em espaços que configuram conchas de tamanho crescente: alcance próximo, médio e longo. Estes traduzem-se na formação de áreas especializadas de ócio que vão desde a escala local, parques, recintos desportivos e de recreio, à escala nacional e mesmo internacional, as regiões de turismo de feição acentuadamente nacional. Assim, retomando os diferentes graus de alcance, partimos primeiro de uma tipologia dos espaços segundo a oposição trabalho-ócio. Ao primeiro, refere-se um espaço intensivo ao segundo um espaço extensivo. O espaço do ócio, por seu turno, suscita primeiramente uma oposição, casa-fora de casa (*indoor/outdoor*), que tem relação com a natureza, a periodicidade e a frequência dos ócios. Esta relação deixa ao “fora de casa” uma extensão enorme de espaço de práticas de ócio na qual poderemos ainda considerar as práticas de “ar livre” e as de “interior”, por um lado, e segundo o alcance, próximo, médio e longo, por outro. Contudo, a articulação é complexa, já que o primeiro tipo, “em casa”, pode ligar-se a alcances longos, integrados em tempos, de fim-de-semana ou de férias, pela existência de uma residência secundária, fixa ou ambulante, misto de *indoor/outdoor*. Daí também outra oposição, residência principal/residência secundária, que se traduz especialmente por uma forma de urbanização específica, característica do nosso século pela sua natureza e dimensão.

Se os espaços do ócio tomam configurações, frequências e intensidades diferentes segundo o seu alcance, é no tempo destinado aos ócios que deveremos procurar uma via de explicação da sua existência. Assim, a relação tempo de trabalho-tempo livre põe em evidência três ou mesmo quatro tipos, conforme a dimensão do tempo livre se relaciona com o dia, a semana, o ano, a vida. Ao primeiro, correspondem algumas horas fora do trabalho, do sono e das obrigações, ao segundo, os fins-de-semana, ao terceiro, as férias e, por último, a reforma.

Os tipos de ócio e o seu alcance têm, por isso, muito de relação com o tempo disponível para a sua prática.

Se o alcance espacial é um problema técnico, dependendo dos meios de transporte e da sua eficácia em distância, tempo de duração das deslocações e comodidade, é também, por razões económicas, um problema social já que gera, por este motivo, uma segregação social no que se refere à utilização do território. De início, o turismo foi apanágio das classes dominantes, a aristocracia e a burguesia endinheirada dos finais do século XIX e princípios do nosso século. Estas dispunham de tempo livre e de dinheiro que lhes permitia usufruir das longas estadias nas estâncias de praia ou termas mais afamadas da sua época. Muitas transformações se operaram desde então e, ao mesmo tempo que se massificaram os ócios, o turismo acompanhou esse movimento. Mas, se muito mais gente veio a dispor de tempo livre, a sua duração e frequência divergia muito do ponto de vista social, acentuando-se mesmo a desigualdade social perante o turismo. Esta desigualdade, porque o turismo se tornou um “consumidor” de espaço, evidenciou-se, também, cada vez mais na sua dimensão espacial. Dispor de mais dinheiro é dispor de mais tempo, é ir mais longe, é poder consumir mais caro e melhor.

		Fim de dia	Fim-de-Semana	Fim de ano (férias)	Fim de vida (reforma)
Casa		Jogos de mesa, Televisão, Rádio, Leitura, Audição de música	Jogos, Televisão, Rádio, Leitura, Audição de música, Bricolagem e Jardinagem	Jogos, Televisão, Rádio, Leitura, Audição de música, Bricolagem e Jardinagem	Televisão, Rádio, Jogos, Audição de música, Bricolagem e Jardinagem
Fora de casa	Espaço de alcance imediato	Jogos ao ar livre, Passeios a pé, Desportos, Idas ao café, Idas ao cinema	Jogos, Passeios a pé, Desportos, Idas ao café, Idas ao cinema e teatro	Jogos, Passeios de bicicleta, Desportos, Idas ao café, Espectáculos	Passeios a pé, Jogos ao ar livre, Idas ao café, Idas ao cinema e teatro
	Espaço de alcance médio		Passeios de curta duração (a pé, bicicleta, automóvel), Cinema e teatro, Espectáculos, Saídas do ambiente de vida quotidiana	Passeios de curta duração (a pé, bicicleta, automóvel), Pequenas viagens, Ida ao campo, à montanha, à praia, Visitas culturais	Passeios, Viagens de automóvel (campo, montanha, praia, termas)
	Espaço de alcance longo			Viagens de turismo, Cruzeiros, Desporto, Montanha, Campo, Praia	Viagens de turismo, Estâncias termas, Regiões turísticas, Visitas culturais, Cruzeiros

7. Espaço e práticas de ócio

A relação espaço-tempo evidencia, nas sociedades modernas, no que concerne às actividades de ócio, situações onde se entrecruzam toda uma série de elementos, da organização social às formas ideológicas. Tempo de trabalho e tempo livre, formas de comunicação social, valores culturais e os tempos da moda expressam-se nos usos do espaço. Entre essas manifestações, as mais relevantes do ponto de vista do nosso interesse no contexto deste estudo são os períodos fora do trabalho que, com maior significado, traduzem essa relação tempo-espaço: os fins-de-semana e as férias.

Estas têm como resultado um uso diferenciado do espaço, pela extensão e universalização do fenómeno do turismo e, como consequência, uma penetração e transformação dos espaços de reserva, a praia, a montanha e o campo. A transformação urbana e a urbanização dos campos são, em grande medida, resultados destes fenómenos de tempo livre. Residências secundárias, aglomerações novas com ritmos sazonais diferenciados, grandes aldeias ambulantes, ocupadas por períodos relativamente curtos e ritmados pelo ciclo semanal ou sazonal invadem o campo, a praia, a montanha.

A concentração do trabalho da maior parte da população activa em cinco dias liberta dois dias que, especialmente durante o “bom tempo”, podem ser utilizados em deslocações a maior distância, segundo a repartição dos sítios atractivos. É o fenómeno do fim-de-semana. Este, de cadência semanal, tem geralmente um alcance médio, por razões do limite de tempo disponível. Contudo, esse alcance varia consoante os meios de transporte, a sua velocidade, a sua natureza pública ou privada, pelo que se manifesta a existência de uma diferenciação de tipo social no uso do espaço. O usufruto dos transportes e, conseqüentemente, o uso dos espaços para o ócio encontram-se diferenciadamente ligados às várias classes sociais, tanto na frequência, como nos tipos de uso. O automóvel é o meio de transporte que, no caso do fim-de-semana, melhor define o alcance e a natureza social de certos tipos de ócio. A ocorrência de um tempo de interrupção de trabalho do tipo do fim-de-semana é um dos grandes responsáveis pela expansão e difusão das actividades de ócio e, por via disso, pela transformação de extensas áreas periurbanas. O fenómeno da residência secundária e, sobretudo, a sua generalização constitui uma das suas consequências mais importantes. Semanalmente, assiste-se ao êxodo urbano para a natureza, o campo, a montanha, a praia, a ruptura com os ritmos e os ambientes citadinos, na procura de sol, de ar puro e de mar. “Espontaneamente, o processo é segregador: conduz a uma aquisição dos sítios atractivos pelos que podem comprar os terrenos e os imóveis, mesmo vetustos, a preços que aumentam tanto mais depressa quanto a pressão imobiliária é maior” (George, 1974: 164). Isto conduz a pouco e pouco, a que, pela expansão do fenómeno de apropriação de terras e de construção e aquisição de residências secundárias, “o espaço dos ócios para aquele que não possui residência secundária, seja a beira da estrada” (George, 1974: 165). Por via disso, uma fracção muito importante dos tempos de fim-de-semana é passada em viagem de automóvel e o espaço é sobretudo usufruído segundo a rede viária.

As férias, por seu lado, tomam uma expressão diferente, tanto nas formas de uso espacial como no alcance e nos tipos de práticas de ócio. A sua importância entre os tempos de interrupção do trabalho é enorme, senão mesmo a mais significativa, pelos efeitos económicos e sociais e pela sua repercussão no espaço. Consideradas como um

facto de civilização, momento da dinâmica da sociedade global, o fenómeno *férias* apresenta-se como “um produto da sociedade industrial/urbana e das normas que a regem” (Laurent, 1973: 31). A ideia de férias reenvia para o sentido global de não ocupação, isto é, para uma suspensão da normalidade do trabalho, pela libertação dessa ocupação por um período de tempo superior ao do fim-de-semana. Este modo de as entender remete para os efeitos na relação espaço-tempo quotidiano. Assim, poderemos considerá-las como “um período de duração variável suspendendo uma ou várias vezes no ano o decurso ordinário das actividades ligadas ao trabalho e durante o qual os indivíduos das sociedades industriais gozam, em princípio, da livre disposição do seu tempo” (Laurent, 1973: 21). Ora, “no contexto da actual realidade social este período é a ocasião de um fenómeno de massa, caracterizando-se por uma migração para lugares cujo quadro favorece um modo de existência em ruptura com o que impõem as condições habituais da vida de trabalho” (Laurent, 1973: 21). Assim, as férias provocam a decomposição da estrutura dos ritmos quotidianos, podendo gerar-se mesmo uma evasão dos lugares habituais, propiciando um tempo longo que pode ser usado na prática de ócios, muitos dos quais diferentes e com outra disponibilidade daqueles dos tempos de fim de dia e de fim-de-semana. São também, como o fim-de-semana, desigualmente repartidas. As formas de uso do tempo das férias, a maior ou menor disponibilidade de tempo livre, estão em correlação com a hierarquia dos rendimentos e com a pertença a diferentes classes sociais. São as categorias financeiramente mais abonadas e de posição de classe mais elevada que partem mais vezes e por mais tempo.

As férias, pelas suas relações simbólicas, estão eminentemente ligadas ao mito do regresso à natureza. Esta necessidade é evidenciada pelos lugares de eleição, pois, por intermédio das férias, os indivíduos tentam reencontrar a natureza de que foram afastados pelo desenvolvimento urbano/industrial. É por referência ao quadro natural que se caracterizam, a maioria das vezes, os lugares de férias: o mar, o campo e a montanha.

As férias e o fim-de-semana deram origem, nas sociedades modernas, a um fenómeno de deslocação espacial ligado ao ócio, que assumiu uma grande magnitude nos nossos dias: o turismo. Inicialmente atributo aristocrático ou da grande burguesia, é hoje um fenómeno de massas por excelência. O turismo é, por isso, um modo particular da prática das férias/evasão que consiste em deslocar-se permanentemente, segundo um itinerário essencialmente concebido para ver e visitar um lugar, uma região ou um país. “Grande viagem espectáculo no seio de um universo de paisagens e monumentos (...) sucessão precipitada de imagens, *voyeurismo* ininterrupto” (Morin, 1962: 93), o turismo é hoje um dos fenómenos de massa de maior importância económica, social e cultural.

Primeiramente apanágio das classes dominantes, apresenta-se hoje largamente difundido, evidenciando uma universalidade dantes ignorada. Contudo, as práticas a ele ligadas e a selectividade dos lugares ainda fazem do turismo um elemento de forte segregação social. O espaço turístico não é mais do que “a projecção da sociedade urbana com a complexidade dos seus grupos constitutivos, a diversidade do seu papel e uma homogeneidade apenas aparente” (Rimbaud, 1969: 207).

Na sua expansão, porque implica alcances diversos e crescentes, “mais longe e mais ao sul”, na sua difusão e na diversificação dos espaços de ócio, é necessário

assinalar a importância dos meios de transporte. No princípio, o barco a vapor e o comboio, e depois, de uma forma importante, o automóvel e, mais tarde, o avião. É sobretudo a estes, o automóvel e o avião, que se devem as grandes transformações na relação tempo/espaço no uso das férias e a sua expansão, tanto social, como espacial. A dominância do automóvel como parte integral do ócio é enfatizada em diversos estudos (Patmore, 1974: 110).

O impacto espacial destas formas de mobilidade de população foi grande por toda a parte, embora, evidentemente, com áreas privilegiadas. Assumiu grandes proporções em determinadas parcelas do território, como as orlas marítimas. Novos aglomerados, transfiguração de povoados antigos, alteração dos modos de vida das comunidades transformam a beira-mar, mas também o campo e a montanha.

Os espaços urbanos e os espaços rurais denunciam, em muitos dos casos, o impacto das actividades de ócio e, acima de tudo, as modalidades que o fim-de-semana e as férias propiciam. Fenómeno essencialmente comandado pela cultura urbana, o turismo tornou-se um meio de expansão das formas culturais da cidade.

“No domínio do ócio, os modelos nascidos na grande cidade são pouco a pouco espalhados em todo o resto do país” (Dumazedier, 1962: 1707). Este movimento dos tempos de ócio é constantemente crescente. A cidade como centro regional desempenha a função de centro cultural também no que diz respeito ao ócio, ou seja, controla, programa, distribui, transforma as práticas de ócio. O processo é, na sua primeira evidência, cultural, mas é-o também económico e social. “O espaço do ócio, para além de um espaço cultural, é um espaço social onde se articulam relações específicas entre seres, grupos, meios, classes. Este espaço é determinado pelas características da população que o utiliza, pelo modo de vida dos diferentes meios sociais que os frequentam” (Dumazedier, 1974: 178).

Bibliografia

- Arents, P. 1971, ‘Ocios y educación permanente’, in Dumazedier, J., Kaes, R., Mageyt, M. et al., *Ocio y Sociedad de clase*. Fontanella, Barcelona.
- Aron, R. 1970, ‘Avez-vous lu Veblen?’ in *Théorie de la classe de loisir*, prefácio à versão francesa de T. Veblen, Gallimard, Paris.
- Athalin, C. M. & Merle, V, 1979, *Les loisirs*, Hatier, Paris.
- Bale, J. R. 1981, ‘Geography, Sport and Geographical Education’, *Geography*, 291, vol. 66, nº 2.
- Baudrillard, J. 1970, *La société de consommation*, Gallimard, Paris.
- Cacères, B. 1973, *Loisir et travail, du moyen âge à nos jours*, Ed. du Seuil, Paris.
- Callois, R. 1958, *Les jeux et les hommes*, Gallimard, Paris.
- Caseneuve, J. 1970, *Les pouvoirs de la télévision*, Gallimard, Paris.
- Cauchard, P. 1968, *Trabalho e lazeres*, Atlântida, Coimbra.
- Coronio, G. R. & Muret, J. P. 1977, *Loisir, du mythe aux réalités*, C.R.U., Paris.
- Cribier, F. 1971, ‘La géographie de la récréation en Amérique anglosaxonne’, *Annales de Géographie*, nº 442, pp. 644-665.
- Cronic, M. 1972, ‘La sociologie des loisirs, l’homme en repos’, in *La Sociologie* vol. 2, Dictionnaire Marabout, Paris, pp. 364-387.

- Domenach, J. M. 1971, 'Ocio y trabajo', in Dumazedier, J., Kaes, R., Mageyt, M. et al., *Ocio y Sociedad de clase*. Fontanella, Barcelona.
- Dufour, R. 1976, *Le mythe de l'week-end*, Ed. du Cerf, Paris.
- Dumazedier, J. & Prost, G. 1962, 'Géographie des loisirs', in *Géographie Générale, Encyclopédie de la Pleiade*, Gallimard, Paris, pp. 1703-1716.
- Dumazedier, J. & Rippert, A. 1966, 'Loisir et culture', in *Loisir et la ville*, vol. I, Ed. du Seuil, Paris.
- Dumazedier, J. & Sammel, N. 1976, 'Société éducative et pouvoir culturel', in *Loisir et la ville*, vol. II, Ed. du Seuil, Paris.
- Dumazedier, J. 1954, 'Les loisirs dans la vie quotidienne', in *Encyclopédie Française*, tome XIV, Section G, Paris.
- Dumazedier, J. 1962, 'Travail et loisir', in *Traité de Sociologie du travail*, tome I, ed. G. Friedmann, P. Naville & A. Colin, Paris.
- Dumazedier, J. 1962, 'Loisir et éducation permanente', in *Encyclopedia Universalis*, tome 4, Paris.
- Dumazedier, J. 1962, *Vers une civilisation du loisir?* Ed. du Seuil, Paris.
- Dumazedier, J. 1974, *Sociologie empirique du loisir, Critique et contre critique de la civilisation du loisir*, Ed. du Seuil, Paris.
- Dumazedier, J., J., Kaes, R., Mageyt, M. et al. 1971, 'Les loisirs, esprit', in *Ocio y Sociedad de clases*, Fontanella, Barcelona.
- Dumazedier, J., Imbert, M., & Duminy, G. 1967, *Espace et loisir dans la société française d'aujourd'hui et de demain*, Ed. du C.R.U., 2 vols, Paris.
- Dunn, D. R. 1979, 'Recreation, open space and social organization', in *Land and Leisure*, Londres, 1979.
- Fougeyrollas, F. 1971, 'La familia, comunidad de ocios', in Dumazedier, J., J., Kaes, R., Mageyt, M. et al., *Ocio y Sociedad de Clases*, Fontanella, Barcelona.
- Fourástié, J. 1970, *Des loisirs pourquoi faire?* Casterman, Paris.
- Fourástié, J. 1972, *Las 40 000 heures, le travail d'une vie demain*, Médiations. Gouthier. Paris,
- Friedmann, G. 1953, *Où va le travail humain?* Gallimard, Paris.
- Friedmann, G. 1957, *Le travail en miettes*, Gallimard, Paris.
- Friedmann, G. 1976, *O Poder e a Sabedoria*, Lisboa.
- Gaviria, M. 1971, *Campo, Urbe y Espacio del Ocio*, Siglo XXI, Madrid.
- George, P. 1974, *L'ère des techniques, constructions ou destructions?* PUF, Paris.
- Gras, A. 1975, 'Le monde des loisirs', in *Encyclopédie de la Sociologie, le présent en question*, Larousse, Paris.
- Grazia, S. 1966, *Tiempo, Trabajo y Ocio*, Ed. Technos, Madrid.
- Hourdin, G. 1970, *Uma civilização dos tempos livres*, Moraes Editores, Lisboa.
- Ignatiev, N. & Ossipov, G. 1971, 'El comunismo y el problema de los ocios', in *Ocio y Sociedad de Dumazedier, J., J., Kaes, R., Mageyt, M. et al.*, Fontanella, Barcelona.
- Lafargue, P. 1965, *Le droit à la paresse*, Maspéro, Paris.
- Lanfant, M. F. 1972, *Les théories du loisir*, PUF, Paris.
- Laurent. A. 1973, *Libérer les vacances?* Ed. du Seuil, Paris.
- Lefévre, H. 1968, *La vie quotidienne dans le monde moderne*, Gallimard, Paris.
- Maget, M. 1971, 'Los rurales', in Dumazedier, J., J., Kaes, R., Mageyt, M. et al., *Ocio y Sociedad de Clases*, Fontanella, Barcelona.

- Miloup, J. 1982, 'Les fonctions touristiques et de loisirs en Loire moyenne. Contribution à l'étude de l'aire des loisirs des Parisiens', in *L'information Géographique*, 46, pp. 169-172.
- Morin, E. 1962, *L'esprit du temps*, Grasset, Paris.
- Parker, S. 1979, 'Leisure in the Life Cycle', in *Land and Leisure*, Londres.
- Patmore, J. A. & Collins, M. F. 1980, 'Recreation and Leisure', *Progress in Human Geography*, 4, pp. 91-97.
- Patmore, J. A. 1972, *Land and Leisure*, Pelican Book, Harmondsworth.
- Patmore, J. A. 1981, 'Recreation and Leisure', *Progress in Human Geography*, 5, pp. 87-92.
- Patmore, J. A. 1983, *Recreation and Resources Leisure Patterns and Leisure Places*, Basil Blackwell, Londres.